

O Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural e a Relação com as Políticas de ATER: conversa com Sonia Bergamasco e Eros Mussoi.

Regina Aparecida Leite de Camargo*
Vanderlei Franck Thies**
Daiane Loreto de Vargas***

Resumo: Este trabalho apresenta a síntese de um diálogo realizado com um professor e uma professora de Extensão Rural que, juntamente a outros(as), foram fundamentais nas articulações que resultaram na constituição do Fórum Nacional de Professores(as) de Extensão Rural, sendo eles: a professora Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e o professor Eros Marion Mussoi. Conduzido na forma de entrevista e realizado na modalidade remota, o diálogo teve como objetivo registrar e compreender a história da construção do Fórum e analisar sua relação com as Políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A questão central que guiou a reflexão foi: como se desenvolveu a relação entre o Fórum e a construção das políticas para ATER? O trabalho apresenta o processo de constituição do Fórum ao longo do tempo e sua interface com a construção das políticas de ATER, além de apontar as contribuições para o ensino da Extensão Rural nos cursos de Ciências Agrárias.

Palavras-chave: políticas públicas, agricultura familiar, ensino de Extensão Rural.

Abstract: This work presents the synthesis of a dialogue with two rural extension teachers who, along with other, were fundamental in the articulations that resulted in the constitution of the National Forum of Rural Extension Teachers, namely: the professora Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco and professor Eros Marion Mussoi. Conducted in the form of an interview, the dialogue aimed to register and understand the history of the construction of the Forum and analyze its relationship with the Technical Assistance and Rural Extension Policies (ATER). The central question that

* Doutora em Engenharia Agrícola (UNICAMP); Mestre em Ciências Sociais (UFPB); Engenheira Agrônoma (UniPinhal); Professora da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. E-mail: regina.camargo@unesp.br.

** Doutor em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Mestre em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Engenheiro Agrônomo (UFPel); Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS); E-mail: vftc3@yahoo.com.br.

*** Doutora em Extensão Rural (UFSM); Mestre em Extensão Rural (UFSM); Tecnóloga em Agropecuária (UERGS); Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); E-mail: loretoDEVARGAS@gmail.com.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

guided the reflection was: How did the relationship between the Forum and the construction of policies for ATER develop? The work presents the process of constitution of the Forum over time and its interface with the construction of ATER policies in addition to pointing out the contributions to the teaching of rural extension in agricultural science courses.

Keywords: public policies, family farming, rural extension teaching.

Introdução

O Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural (Fórum) é um coletivo que reúne docentes da disciplina de Extensão Rural e afins, visando à promoção de um espaço acadêmico de discussão do ensino dessas disciplinas, estendendo-se, também, ao debate de temáticas correlatas. Embora seus antecedentes indiquem que este coletivo tenha começado a criar contornos ainda na década de 1970, sua efetiva constituição esteve vinculada à realização de dois Seminários Nacionais de Ensino em Extensão Rural, em 2008 e 2010.

Oficialmente, o Fórum nasceu no primeiro dos dois seminários que reuniram professores(as) de Extensão Rural de universidades de todo país. Este primeiro encontro ocorreu entre 26 e 28 de maio de 2008, em Itamaracá-PE, com o título: “O estado da arte de ensino em Extensão Rural” e contou com 150 participantes. No seminário, foi discutido o relatório de pesquisa que leva o mesmo nome do evento e elaborados os documentos “Diretrizes para o Ensino de Extensão Rural no Brasil” e “Carta de Itamaracá”, com as principais conclusões e demandas do evento¹.

O segundo seminário reuniu cerca de 200 participantes, e correu no período entre 01 e 03 de dezembro de 2010, na cidade de Santa Maria-RS. Neste, o tema central foi o (re)pensar do ensino em Extensão Rural nos processos formativos. Foram discutidos cinco textos prévios², e o evento também produziu a “Carta de Santa Maria”, com a síntese das demandas e discussões realizadas. Desde então, o Fórum não voltou a se reunir em um seminário, mas os seus membros voltaram a estabelecer contato em 2020, realizando reuniões e outras atividades através das mídias digitais.

Os dois seminários e a criação do Fórum foram resultados do engajamento de um grupo de docentes de Extensão Rural nas discussões e ações que deram origem à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). A professora e o professor aqui entrevistados, juntamente a outros(as) docentes, participaram, ao longo da primeira década dos anos 2000, dos esforços para a construção de uma política de Extensão Rural no Brasil centrada na agricultura familiar, nos processos dialógicos de construção do conhecimento e nos princípios da agroecologia. O enorme desafio para colocar em prática tal política, passava pelo não menos difícil esforço de transpor para a sala de aula um ensino de Extensão que representasse uma quebra do paradigma predominante, que relega a Extensão a técnicas de convencimento para estimular o agricultor a adotar pacotes tecnológicos supostamente modernizantes, mas, muitas vezes, desalinhados com a realidade econômica, social e cultural das comunidades rurais.

O diálogo aqui apresentado capta parte da riqueza daquele momento, pelo olhar de quem não apenas o vivenciou, mas também atuou em tais mudanças. O registro e a reflexão dessa

¹ Os documentos discutidos no Seminário de Itamaracá podem ser acessados no Link: <http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/arquivos.php>.

² Os documentos discutidos no Seminário de Santa Maria podem ser acessados no Link: <http://w3.ufsm.br/seminarioextensaorural/evento.php>.

história é particularmente importante no atual cenário político, no qual os serviços de Extensão Rural sofrem com cortes orçamentários e mudanças institucionais e operacionais; os programas e políticas públicas para a agricultura familiar experimentam um persistente processo de desmonte e a reforma agrária foi substituída pela titularização de lotes.

A entrevista foi realizada³ com a professora Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco e com o professor Eros Marion Mussoi, de forma virtual, no dia 24 de fevereiro de 2022, com o formato de uma “Roda de Conversa”. O diálogo foi orientado por um roteiro semiestruturado, através da plataforma de videoconferência “Google Meet”, com duração de 1h55min. Após a transcrição, o conteúdo foi verificado, ajustado e aprovado pelos entrevistados.



Filha de engenheiro agrônomo extensionista, a professora Sonia Bergamasco tem longa experiência com o trabalho de Extensão Rural voltado para a agricultura familiar. Iniciou sua carreira como professora no Campus de Botucatu, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e seguiu como docente na Faculdade de Engenharia Agrícola, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Também foi professora visitante sênior da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Campus Araras. Assessorou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o International Food Policy Research Institute (IFPRI) em trabalhos de formação de extensionistas, de avaliação de políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de crédito rural e de comercialização para a agricultura familiar. Assessorou voluntariamente o grupo gestor da FASER. Contribuiu na formação de centenas de alunos(as) de graduação e dezenas de alunos(as) de pós-graduação, sempre com o olhar voltado para as especificidades da agricultura familiar.



Com intensa relação com a agroecologia e com a agricultura familiar, o professor Eros Marion Mussoi foi extensionista rural da Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), da qual também foi Diretor e Chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica, por mais de três décadas.

Foi também docente na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), lecionando a disciplina de Extensão Rural para os cursos de Agronomia, Nutrição, Zootecnia e Engenharia de Aquicultura, desde 1978 até sua aposentadoria na UFSC, em 2016. Atuou no MDA, organizando e implantando a Pnater. Assessorou o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) em questões relacionadas à agricultura urbana e periurbana.

Entre 2013 e 2018, foi assessor voluntário do Grupo Gestor da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa, do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER). Atuou por cinco anos em Moçambique como Especialista em Extensão Rural da FAO - Food and Agriculture Organization, implantando um serviço de Extensão Rural de 1985 a 1990. Também pela FAO fez consultorias em Extensão Rural no Panamá e Cuba. Participou também de missão diplomática no Haiti. Contribuiu na formação de inúmeros(as)

³ Dois dos(as) professores(as) que participaram da estruturação do Fórum e também estiveram presentes nas discussões e na construção da Pnater.

alunos(as) e extensionistas rurais, pautado por uma abordagem participativa, voltada para o desenvolvimento da agricultura familiar e para a transição agroecológica.

1 – Os(as) organizadores(as): Professora Sonia Bergamasco e Professor Eros Mussoi, existia uma articulação de professores(as) de Extensão Rural antes de 2008? Por que se pensou em organizar os seminários? Qual era o contexto político da época?

Eros: Desde antes de 2008, existe a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS), que promove discussões sobre o currículo de Agronomia. Eu nunca fui convidado, como professor de Extensão, mas acredito que a Sonia tenha participado. Estranhamente, ou coincidentemente, um dos professores que capitaneava isso, Guy de Capdeville, hoje eu sei que é um dos diretores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) do governo Bolsonaro. Os(as) convidados(as) eram os(as) coordenadores(as) do curso de Agronomia que iam lá discutir a ementa das disciplinas. Naquele tempo, na maioria das universidades, o ensino da Extensão Rural tendia para a Extensão Rural convencional. Vamos deixar isso bem claro, pois é a mudança que vai haver de um tempo pra cá.

A Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (ABEAS) é uma organização da sociedade civil que foi criada em 1960, com o objetivo de agregar e discutir os cursos superiores das Ciências Agrárias no Brasil. Segundo o seu site, a Associação tem por finalidade: “atuar na promoção, coordenação e pesquisa de extensão no campo das Ciências Agrárias; subsidiar a formulação de políticas; estimular o desenvolvimento da educação agrícola superior e da educação ambiental, e apoiar ações voltadas para a produção nacional, dentro dos princípios de sustentabilidade” (Disponível em: <https://9abeas.webnode.com/aabeas/>. Acesso em: 18 de abr. 2022)

Leia mais: <https://9abeas.webnode.com/aabeas/>

Sonia: Eu já contei um pouco dessa história da ABEAS em uma *live* anterior, em que estávamos eu, o Eros e o Caporal. A ABEAS reunia, ainda deve reunir, docentes e representantes das Faculdades de Ciências Agrárias, a cada dois anos, sempre com o objetivo de avaliar e discutir o ensino nas diferentes áreas das agrárias. Em uma dessas reuniões, em Cuiabá, estava presente o professor Juan Diaz Bordenave, que, a convite da ABEAS, chamou uma reunião com alguns professores de Extensão Rural ali presentes. Bordenave era, na época, referência nos estudos de Extensão Rural, com destaque para a sua obra “O que é participação”, da Coleção Primeiros Passos, Editora Brasiliense, além de grande contribuição nas questões de ensino-aprendizagem. Estávamos em quatro ou cinco professores(as), dentre os quais me recordo do professor Quiroga, de Goiânia, de um professor da agronomia de Areia-PB, um de Santa Maria e de Pernambuco, além de mim, na época professora da área na Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu, Bordenave, nos convidou para elaborar um projeto visando à reformulação da disciplina de Extensão Rural dos cursos de Ciências Agrárias Projeto este que a ABEAS se prontificou a financiar, visto que exigia recursos para reuniões e seminários com os(as) docentes dos cursos.

Obviamente não se tratava de algo revolucionário, visto que estávamos em finais da década de 1970, em plena Ditadura militar. Mas foi um processo altamente enriquecedor. Na Comissão, coordenada pelo Bordenave, estávamos eu, o professor Luis Carlos Guedes Pinto, naquele momento professor da disciplina de Extensão Rural da UnB, o professor de agronomia de Areia-PB, do qual não me lembro o nome, e o professor Quiroga, de Goiânia. Além dos(as) professores(as) de Extensão Rural, o professor Bordenave trouxe duas pedagogas, professoras da Universidade

Federal de Minas Gerais (UFMG). Lembro-me que uma delas se chamava Dora – Maria Auxiliadora, ambas extremamente competentes nas questões educacionais.

Creio que trabalhamos uns três anos, em que realizamos umas cinco ou seis reuniões. Elaboramos um questionário base, que foi passado a todos os(as) professores(as) de Extensão Rural na época e analisamos todos os projetos/programas das disciplinas. Mais ou menos o que foi feito pelos(as) colegas de Pernambuco mais recentemente, embora em muito menor quantidade, pois além de sermos um número muito menor de docentes, a correspondência era realizada por meio de cartas. Daí imaginem a morosidade no retorno das respostas. A Maria Auxiliadora e a sua companheira, de posse do material recebido, elaboraram um relatório mostrando pontos em comum e divergências, além de processos extremamente retrógrados no que diz respeito à educação. Se o relatório dos(as) colegas de Pernambuco, no primeiro seminário de Itamaracá, nos causou alguns espantos, imaginem vocês a realidade de quarenta anos antes.

A maioria dos programas da disciplina muito se assemelhavam aos programas de pré-serviços das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emateres) da época. Seu conteúdo principal eram os procedimentos de uma metodologia clássica, baseada em princípios persuasivos. Os métodos de comunicação críticos, reflexivos, já eram conhecidos, bem como os ensinamentos de Paulo Freire já estavam presentes, com a sua obra “Extensão ou Comunicação”, mas apenas três projetos pedagógicos contemplavam essa discussão dentre os doze projetos analisados, que foram: Areia-PB; Dois Irmãos-PE; Cruz das Almas-BA; Viçosa-MG; Goiânia-GO; Brasília-DF; Botucatu-SP; Jaboticabal-SP; Piracicaba-SP; Santa Maria-RS; Ilha Solteira-SP; ENA-RJ.

Diante dessa realidade, conseguimos juntar um grupo importante de professores(as), onde se discutiu a formalização de um novo projeto de curso, baseado em uma reflexão político-pedagógica com questionamentos históricos, políticos, econômicos e sociais. Por incrível que possa parecer, a questão ambiental ainda não entrou nessa preocupação. A ABEAS financiou essa iniciativa por um tempo, mas, com a mudança da diretoria da Associação, não tivemos mais recursos, e o projeto foi minguando, como aconteceu agora com o desaparecimento do MDA. Mas criamos um grupo importante, com muitas amigas, onde trocávamos bibliografias e publicações.

Eros: Sonia, se me permite uma pergunta, como isso rebateu na academia? Conseguiram transformar ementas, os planos de ensino?

Sonia: Muito pouco. Eu lembro bem do professor de Goiás e desse professor de Areia, eles ficaram encantados e disseram “a partir de agora vamos trabalhar dessa forma”. Se tem dois resultados positivos nessa época, foram esses dois. Um era o professor Queiroga, de Goiás. O outro era o de Areia, que eu não consigo me lembrar do nome dele. O nosso currículo de Extensão Rural da Agronomia foi mudado em função dessa discussão. Por exemplo, isso que até hoje tem no nosso programa de Extensão Rural, que é aquilo de “criar condições para que os profissionais...”, aquela frase, aquele objetivo geral da disciplina, é dessa época. Por incrível que pareça, porque ele é atual ainda. Me lembro que esse currículo que fizemos, pelo menos para Brasília (UnB), Areia (UFPB), Goiás (UFG) e Botucatu (Unesp) e também pegamos o campus da Unesp de Ilha Solteira - com o Carlos Augusto, o Cory, que participou do primeiro Fórum em Itamaracá, ficou um currículo meio que unificado, com as mesmas bibliografias. Foi pouco. A gente continuou em contato com o pessoal de umas seis ou oito universidades, em especial as do Rio de Janeiro, Pernambuco e Santa Maria.

2 - Os(as) organizadores(as): Além do mencionado, existia, antes de 2008, outras articulações ou iniciativas de organização de professores(as) do campo da Extensão Rural?

Sonia: Como estávamos com esse grupo, reunimos os(as) professores(as) de Extensão Rural umas três ou quatro vezes durante o congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). Era uma reunião para discutir a disciplina de Extensão Rural. Mas, dessas reuniões, nasceu um outro grupo, onde entraram a Universidade Estadual do Amazonas, o professor Manuel Torinho – que foi muito tempo da SOBER, o professor José Molina Filho – da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), que discutia muito com a gente. Também lembro do professor Solon Guerrero, de Viçosa, que veio participar com a gente, e depois foi meu orientador de mestrado.

Fizemos diversas reuniões no âmbito da SOBER depois que saiu da ABEAS. As discussões na ABEAS começaram em 1976 e foram até 1980. Na década de 1980, a gente trabalhou muito na SOBER, onde, de repente, o pessoal começou a querer discutir a pós-graduação. Já existia a pós-graduação em Santa Maria e em Viçosa, e aí o pessoal discutia para criar mais pós-graduações. Particularmente, fui meio dissidente, pois eu insistia muito que nós tínhamos que fortalecer os currículos de graduação da disciplina de Extensão Rural. Nesse momento, no início da década de 1980, surge a tese do Oriowaldo Queda⁴. Na sua tese, Queda defendia que não havia sentido existir uma disciplina de Extensão Rural nos cursos de Ciências Agrárias Argumentava que a Extensão Rural era um serviço, não era uma ciência. Foi um marco, porque muitas universidades começaram a tirar a Extensão Rural do currículo. Nós tivemos uma luta muito grande dentro da Unesp, para manter a disciplina de Extensão Rural. Jaboticabal (campus de Jaboticabal da Unesp) foi um problema, porque lá tinha um pessoal que queria tirar a disciplina. De fato, mudaram a disciplina “Sociologia e Extensão Rural” para “Difusão de Ciência e Tecnologia”, o que já indica um enfoque difusionista da Extensão Rural.

Eros: Institucionalmente, depois da ABEAS, pelo que a Sonia coloca, não tinha nada. Começou um intercâmbio mais forte a partir desse grupo e isso é muito importante, mas eu queria acrescentar um elemento que acho que é fundamental. Tenho certeza que a Sonia vai concordar. Por sorte, eu passei 40 anos com um pé na universidade, dando aula (20 horas) de Extensão Rural e outro pé dentro de uma instituição de Extensão Rural. Inicialmente, uma Extensão Rural extremamente convencional, mas dentro do serviço público de Extensão, e não era só aqui em Santa Catarina, no Paraná, no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, já tinha um grupo que discutia outra concepção de agricultura, e que, pra isso, precisava de outra Extensão Rural. Eu tive a oportunidade de montar a disciplina de Extensão Rural na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Paulo Freire constava na bibliografia desde o início. Já se conhecia o livro “Extensão ou Comunicação”, conhecia o livro “Pedagogia do Oprimido”, “Educação como prática da liberdade”, enfim, a produção de Paulo Freire. Mas já se tinha uma demanda crítica, esse é o ponto que quero colocar, já tinha uma discussão muito concreta sobre os efeitos maléficos da Revolução Verde e a busca da tal “Agricultura Alternativa”.

Sonia: Com certeza!

Eros: Já tinham alguns ícones nessa área, era o Luiz Carlos Pinheiro Machado, o José Antonio Lutzenberger, o Sebastião Pinheiro e um monte de gente que já discutia e questionava

⁴Tese de Livre Docência de Oriowaldo Queda, defendida em 1987 na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Esalq, Brasil, intitulada: “A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola”.

aquele modelo clássico de agricultura convencional. Não se falava ainda de agroecologia, mas se falava em um contraponto à agricultura convencional, ao modelo da Revolução Verde. Isso começou pipocar em diversos cantos, sem propriamente se ter um fórum de discussão. Mas já havia intercâmbio nosso com o pessoal de Santa Maria, pelo fato de ter me formado e feito mestrado lá; alguma coisa com Porto Alegre, por que vinham professores(as) de lá para a UFSC; com o Paraná, que tinha um movimento forte do sindicalismo com a Associação dos Funcionários da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (Acarpa). Íamos fazer palestras uns nas entidades dos outros. Ou seja, tinha um caldo de cultura ali, tinha uma efervescência pra questionar o modelo e buscar alternativa. Eu sempre faço questão de registrar a minha experiência, eu sou de uma universidade extremamente convencional, a UFSM, mas eu tive uma professora que colocou algumas minhocas na nossa cabeça. Tive aula dois anos com a professora Ana Maria Primavesi, e o filho dela fez Agronomia junto comigo. Aquela mulher era ridicularizada, porque dizia coisas muito simples, “o solo é um organismo vivo, não é só química”, e os(as) outros (as) professores(as) todos ridicularizavam, que aquilo era um absurdo. Era a semente da agricultura alternativa. E ela (a agricultura alternativa) era mais forte, naquela época, no início dos anos 1980, no movimento estudantil do que no movimento de professores(as). Eles começaram a provocar. A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) e a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB) fizeram um congresso em Curitiba⁵ sobre agricultura sustentável, que mudou completamente a posição daqueles agrônomos, que tinham aquela visão da formação clássica.

Então, essas coisas eu acho que andaram juntas, a busca de uma nova Extensão, uma crítica bem sustentada da chamada Revolução Verde e a busca de outra alternativa, tanto é que o nome surge como agricultura alternativa. Isso pipoca na igreja progressista, na Pastoral da Terra, no movimento dos engenheiros agrônomos e também nas universidades. Vou contar minha experiência dos anos 1970-80, nada diferente do que a Sonia contou, mas, aqui em Santa Catarina, a gente pensou muito em formular um novo currículo para Extensão, um currículo mais adequado a uma outra forma de ver o desenvolvimento rural. Nós chegamos à conclusão que a Extensão Rural seria um instrumento. Nós teríamos que ter uma disciplina forte em Sociologia Rural, mas para não deixar com o pessoal da Sociologia, criamos o nome de “Introdução ao Desenvolvimento Rural”. Ou seja, um conjunto de disciplinas em que o aluno, desde a primeira fase do curso até a última, naquele tempo eram nove fases, hoje são dez, tivesse disciplinas no campo do Desenvolvimento Rural, para provocar essa discussão no corpo estudantil.

Tivemos algumas experiências exitosas na década de 1980, o primeiro Estágio de Vivência, para fazer estudantes de Agronomia, ou melhor, profissionais de Agronomia, morar com agricultores, para trabalhar, para entender a lógica de decisão, a lógica de produção deles. Não foi feito em nenhuma universidade, foi feito na Acaresc⁶, no serviço de Extensão, e só depois absorvido por diversas universidades. Na década de 1990, os estudantes organizaram o primeiro Estágio de Vivência nacional em assentamentos de reforma agrária. Eu acho que esse conjunto de iniciativas, de lutas, esse caldo de cultura, esse caldo crítico, mas crítico com sustentação propositiva de uma outra disciplina de Extensão, foi uma preparação para chegarmos em 2003, 2004 ou em 2008 no nosso Fórum. Sem desmerecer a parte da metodologia, porque nós temos que ter capacidade de intervenção, mas dar sustentação teórica a metodologias que tenham um suporte, como diria

⁵Primeiro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), realizado em Curitiba em 1981.

⁶A Acaresc - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina foi criada em 1956 e substituída em 1991 pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri.

Paulo Freire, da pedagogia horizontal, do respeito pelo saber do outro. Isso é uma mudança muito grande que começa a ser provocada ainda nos anos 1980.

Queria ratificar isso, era um conjunto de questões que estavam efervescentes na discussão nacional. Mesmo a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), que era o suprassumo do conservadorismo, tinha um grupo lá, o Romeu Padilha de Figueiredo, o Odilo Antonio Friedrich, Sebastião Roberto Bressan, Carlos Henrique, tinha também o Mauro Márcio que “fazia a gente pensar”... eram pessoas altamente críticas, que montaram um curso de planejamento em Extensão Rural, onde lemos Marx. Todos nós, por indicação da diretoria da EMBRATER, acabamos no Serviço Nacional de Informações (SNI). Fomos registrados no SNI no tempo da ditadura, porque fizemos um curso, e quem foi lá debater conosco: Paulo Beskow, Roberto Moreira, Angela Kageyama, Rodolfo Hofmann, o Juan Díaz Bordenave não foi, mas foi o coautor do livro com ele, o Horácio Martins de Carvalho.

Foi um curso que procurou discutir o modelo clássico de agricultura e modelos alternativos de desenvolvimento sob outra ótica. Não é que trazer Marx resolveu alguma coisa, mas despertou mais a criticidade. Era um momento em que todo mundo estava afogado com a ditadura, já desde os anos 1970, e via espaços, via o que estava se fazendo com esse país, e via a potencialidade da Extensão Rural, da pesquisa. Queria destacar esses pontos, para não ficar só no umbigo da gente, da Extensão. Destacar que houveram outras coisas que foram condicionantes para o que nós temos hoje em termos de criticidade.

Sonia: Para completar essa questão da ABEAS, acho que o Eros tem razão, era uma efervescência. Nós, aqui em São Paulo, tínhamos a Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP), que era liderada pelo Walter Lazarini, e lutávamos para pensar numa outra agricultura. Era a Ana Primavesi, o Lutzenberger, todos esses pioneiros debatendo aqui com a gente.

Na mesma época, aconteceu a última reunião do grupo de Extensão Rural junto à ABEAS, em Viçosa. Foi superinteressante, porque lá nós reunimos os(as) professores(as) de Extensão Rural com alguns professores(as) de fora e foi, nesse momento, que eu conheci a professora Salete Cavalcanti, que é da Sociologia Rural. Nós centramos a discussão em três eixos fundamentais: a questão da metodologia, pensando no Paulo Freire; a questão do desenvolvimento rural, de pensar a formação e o desenvolvimento da agricultura brasileira; e o outro eixo era a questão ambiental, que nós precisávamos de outra Extensão por conta da questão ambiental. Eu me lembro como se fosse hoje, foi uma pauleira. Alguns professores reagiram e diziam que isso tinha que ser estudado numa outra disciplina, não na Extensão Rural. E foi aí que nós sugerimos que fosse criada nas escolas de agronomia a disciplina de Sociologia Rural. Em Botucatu, criamos a disciplina de Sociologia Rural. A Salete deu uma força boa na reunião, pois achava superinteressante. Ela teve um papel extremamente importante. Então, nós saímos dessa reunião, os(as) professores(as) de Extensão Rural, uma grande maioria, com a ideia de criar uma disciplina de Sociologia Rural acoplada à disciplina de Extensão Rural. Já a questão ambiental ficou um pouco nebulosa, com alguns aderindo, mas muita gente achando que não tinha a ver com a Extensão.

3 - Os(as) organizadores(as): Professores(as) Sonia Bergamasco e Eros Mussoi, qual a relação entre o processo de construção da proposta da Pnater e o surgimento da proposta do Fórum de Professoras e Professores?

Eros: Eu acho que o alicerce foi essa efervescência. Se nós estivermos procurando um fórum específico, ele não existia. Como a Sonia colocou, com o vazio da ABEAS, que se pautava pelo ensino clássico de Extensão, a universidade estava sendo deixada de lado. Como coloquei em uma palestra que fiz aqui sobre o Fórum, em 04 de novembro de 2020, a universidade não foi envolvida muitas vezes na discussão. Foi um vazio de uns vinte anos. Não é que a universidade não contribuisse, mas ela não era demandada.

Tem algumas coisas que são importantes ainda nos 1980. No governo Sarney, o Pedro Jorge Simon foi Ministro da Agricultura, o Pinheiro Machado foi presidente da Embrapa, o que deu uma sacudida em termos de ecologia e de visão de mundo.

Não podemos esquecer que a extinção da Embrater começa no governo Sarney. Ele extinguiu, mas depois veio a “Marcha à Brasília”, os movimentos de funcionários de Extensão liderados pela FASER – Federação das Associações de Funcionários do Sistema de Extensão Rural, a reação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Assistência Técnica, Extensão Rural e da Pesquisa do Setor Público Agrícola do Brasil – FASER, então foi uma coisa complicada. Mas, ainda no governo Sarney, se cria aquele programa de Reforma Agrária⁷, para colocar extensionistas dentro de assentamentos. Em alguns estados, aquilo pode ter sido uma jogada política, se tem dinheiro me dá que eu vou contratar extensionistas e botar nos assentamentos, mas foi uma outra forma de fazer Extensão, com um público diferenciado, embora a Embrater já tivesse em processo de extinção.

A Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) foi criada em 1975, em substituição à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e foi extinta por Fernando Collor, em 1990. Com o fim da Embrater, o país ficou sem um Sistema Nacional de ATER, que só vai ser retomado em 2004, com a regulamentação da Política Nacional de ATER (Pnater) e, dentro dela, do Programa Nacional de Extensão Rural (Pronater) e do Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Sibrater). Em 2014, surge a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), que, como o nome indica, teria um caráter de agência regulatória.

Por outro lado, sob a batuta da Maria de Nazareth Wanderley, já havia uma discussão sobre o público “baixa-renda”. Não era pequeno produtor, se criou o termo “baixa-renda”, não era agricultura camponesa. Mas eu acho que foi marcante esse programa de Reforma Agrária, porque ali os extensionistas tinham que ir para dentro dos assentamentos e criar metodologias, se pautar por metodologias junto com um público extremamente demandante e militante. Não que todos os assentados fossem militantes, mas era gente que estava em outra condição social que o normal que a Extensão atendia. Eu acho que esse é um fator importante, ainda nos anos 1990. O resto foi decorrência, mas sempre com esse vazio de um fórum, não tinha um fórum.

Entrando na segunda pergunta, eu me arrisco a dizer que foi um casamento perfeito. Foi uma demanda de um lado, a Pnater, como um instrumento de política pública formulado de uma forma, a mais participativa possível no momento; e do outro lado, um público, como os assentados da reforma agrária, com um outro tipo de condição social.

⁷ Em 1985 o presidente José Sarney lançou o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que prometia assentar 1,4 milhão de famílias até o final de 1989.

Durante a década de 1990 foram construídas as bases do que ficou conhecido como nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), com ampla participação de vários setores da sociedade civil. Em agosto de 1997 foi realizado o Seminário Nacional de ATER, seguido por seminários regionais, e, em outubro do mesmo ano, um workshop reuniu representantes do governo, da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), FASER, Asbraer, sindicatos de trabalhadores rurais e de trabalhadores nos serviços de ATER, ONGs e universidades, no qual foram formuladas as bases de uma ATER pública descentralizada, pluralista, gratuita, exclusivamente para a agricultura familiar e pautada pelos princípios do desenvolvimento sustentável e da agroecologia.

Agora eu vou falar como quem estava no MDA, e era o único professor universitário que estava no MDA. Eu lutava lá por isso: a Pnater só vai ter seguimento se nós mudarmos a universidade. Como a Sonia já falou, os professores(as) que ambicionavam alguma coisa, a partir de 2003, em termos de mudança de política pública, já falavam de ATER sob outros princípios, uma pedagogia horizontal, transição para a agroecologia, uma série de princípios que estão na Pnater. Essa sensibilização permitiu que, antes do primeiro encontro de Itamaracá, que foi em 2008, o MDA, a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), o Departamento de ATER (DATER) e a Pnater favoreceram que se fizesse um programa muito amplo de formação de extensionistas, articulado com universidades renomadas.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em janeiro de 2000 e extinto em maio de 2016 por Michel Temer. Uma das principais secretarias que faziam parte do MDA era a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). O Departamento de Assistência Técnica (DATER) passou para a competência do MDA em 2004. O Departamento era responsável por coordenar as atividades do Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participavam entidades governamentais e não governamentais que atuavam com extensão rural.

Nós montamos seis cursos dentro dessa ação. Eu era o coordenador nacional, a Sonia coordenava Campinas, o Jorge Tavares coordenava Pernambuco, o Pedro Neumann em Santa Maria - mas Santa Maria não teve especialização - teve na Universidade Federal de Lavras, MG, junto com a Universidade de Três Corações, UnB (Brasília), Pará (UFPA), Tocantins (Unitins - Univ. Estadual de Tocantins). Aí é que começou essa articulação. Até então, eram articulações pontuais, mas aí começou uma articulação orgânica com as universidades.

Orgânica até no sentido do público, porque a Pnater possibilitou capacitações completamente diferentes daquelas que a ABCAR e a Embrater faziam, que eram só pra extensionistas da Rede Oficial. Essas novas capacitações reuniam extensionistas do serviço público, Organizações Não Governamentais (ONGs) e grupos de agricultores. Além dos cursos de especialização em Extensão Rural e Agroecologia, muitos agricultores participaram naquele esquema de cursos de 40 horas, de 80 horas.

Os(as) organizadores(as): Ouvindo vocês, lembramos da importância das ONGs no final da década de 1980 e na década de 1990. A maioria operava localmente, oferecendo um serviço diferenciado de ATER aos(as) produtores(as), baseado, primeiro, na agricultura alternativa e, depois, na agroecologia. Mas, na segunda metade da década de 1980, foi criada a rede AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, hoje AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia), que coordenava uma ampla rede de ONGs locais e também oferecia cursos de capacitação a jovens técnicos(as) recém egressos(as) de cursos das Ciências Agrárias. Através desses(as) jovens, se estabeleceu um maior diálogo entre as ONGs e as universidades. Eu trabalhei em uma ONG. Nós criticávamos muito o trabalho dos técnicos da ATER estatal. E acredito que o inverso também acontecia.

Eros: As ONGs, dentro do olhar do serviço público de ATER, eram consideradas “inimigas”. O discurso, as metodologias, a interação eram diferentes, então os (as) técnicos(as) perguntavam: o que esses caras estão fazendo aí? Se metendo no nosso território. Mas a importância que tem as ONGs nesses anos, principalmente no Nordeste, é uma coisa incrível.

Os(as) organizadores(as): Então se poderia dizer, em síntese, que o casamento perfeito mencionado por Eros, que produz o Fórum, resulta do interesse público, através do MDA, de fazer avançar dentro das universidades os princípios da Pnater, que se articula com o interesse de um conjunto de professores(as) que também estavam alinhados com os princípios da Pnater. Esse é o casamento perfeito que você mencionou, Eros?

Eros: É! Tem uma outra questão aí que não foi colocada, que é tão clara que a gente não coloca, mas nos seminários para construir a Pnater aconteceram quatro seminários macrorregionais e um seminário nacional - alguns desses(as) professores(as) estavam nos seminários em suas regiões e depois no nacional. Isso foi muito importante, porque esses(as) professores(as) junto com os(as) indígenas, quilombolas, agricultores(as), com a Contag, com Asbraer, a FASER, ajudaram a construir a política. Então, eram corresponsáveis por aquela política. Por isso, esse casamento foi um namoro um pouco prolongado, mas deu num casamento bom, por conta dos resultados.

Sonia: Bom demais! Sim, os resultados. A gente mobilizou muito, com condições de mobilizar, com formação de pessoal, e essa formação rebatia na formação dos nossos(as) alunos(as) também. A gente levava muitos(as) alunos(as) para participar desses cursos, para estar assistindo, para estar acompanhando. Foi uma efervescência, foi um negócio muito, mas muito interessante!

Sonia: Eu vou retomar o que o Eros estava falando, que é a história da formação dos(as) extensionistas e a chamada às universidades para esses cursos. Foi realmente uma coisa incrível. Fizemos muitos desses cursos via contratos com o MDA, abordando cinco temáticas, entre elas a agroecologia, a Extensão Rural Quilombola, as agroindústrias. Foi muito dinâmico, nosso âmbito era o centro-sul, então tinha gente de São Paulo e da Emater de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo... Foi um processo incrível de formação e fazíamos reuniões periódicas no MDA, para ajustar o trabalho, das quais participavam as cinco ou seis universidades que estavam no projeto, e estavam lá presentes discutindo o andamento dos cursos. Era uma coisa fantástica, ouvir depoimentos de extensionistas que acordavam para a questão da agricultura familiar, para a questão ambiental, para a questão da reforma agrária, a questão da terra. Tudo isso era conteúdo, então eram conteúdos bastante contundentes em termos de se pensar uma realidade e se tentar mudar essa realidade. Me lembro de um almoço, no restaurante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o Jorge Tavares, o Pedro Neumann e o Cássio Trovato, que teve um papel muito importante nesse processo. Nesse almoço, alguém falou: gente, nós precisamos reunir os(as) professores(as) de Extensão Rural, mas aí eu contei a experiência da ABEAS. Então o Cássio disse, vamos pensar nisso, eu acho que é importante a gente fazer. A partir de então, ficou a ideia, e ele pediu um projeto. Foi o projeto para fazer a primeira reunião, que foi a reunião de Itamaracá. Eu acho que a ideia partiu dos(as) coordenadores(as) dos cursos, com a anuência do Cássio Trovato. Isso é um ponto importante de lembrar.

Eros: A frase que eu ia dizer fecha com isso que a Sonia está colocando. O Fórum é decorrência do amadurecimento dessa integração da Pnater com as universidades e das universidades com a Pnater. Ele é decorrência. Estava maduro e o Cássio é uma figura de fato muito importante, pois ele podia não ter um grande conhecimento de Extensão Rural, mas ele sabia como fazer projeto, ele sabia os caminhos.

Sonia: Logo em seguida, nós marcamos uma reunião dos(as) professores(as) e você estava junto. Lembro como se fosse hoje dessa reunião. Estava eu, Pedro, Jorge, Eros, Marcelo Miná e o Cássio Trovato. Foi um grupo que se reuniu muitas vezes.

Eros: Foi o grupo que ficou até a tentativa de fazer o terceiro encontro. Fui o primeiro coordenador nacional, lá em Itamaracá. O Pedro indicou meu nome, me “obrigou a ser”. Depois foi o Marcelo. Esse mesmo grupo estava trabalhando no projeto do terceiro encontro...

Sonia: ...quando puxaram nosso tapete.

4 - Os(as) organizadores(as): Professora Sonia Bergamasco e Professor Eros Mussoi, porque foi criado o Fórum Nacional de Professoras e Professores de Extensão Rural? Quais foram as motivações iniciais e os objetivos?

Sonia: Lembrando que o Fórum foi criado depois, em Itamaracá. Nós criamos um grupo de professores(as) de Extensão Rural que era para coordenar os encontros. Mas quando chegamos em Itamaracá, aquele encontro foi uma maravilha. Primeiro, porque tinha sido feita a pesquisa que nós sugerimos, e o Ângelo Callou e a Milu, o pessoal de lá, agarrou a ideia e foi feita a pesquisa com todos(as) os(as) professores(as) de Extensão. Então, nas discussões em Itamaracá, decidimos criar o Fórum. E a ideia do Fórum era que fosse uma continuidade. Fizemos, depois, o segundo encontro, já com o Fórum estabelecido, e planejávamos o terceiro encontro, que, infelizmente, não conseguimos realizar.

Eros: É importante deixar claro que o Seminário de Itamaracá, que resultou na criação do Fórum, foi o Seminário do Estado da Arte do Ensino em Extensão Rural. Eu confesso para vocês que tenho algumas dúvidas e questionamos, isso lá em Itamaracá, porque se foca nas disciplinas de Extensão Rural, e o próximo estudo deveria pegar as disciplinas correlatas. Por exemplo, uma disciplina de Extensão Rural tem sete créditos, como começou aqui em Santa Catarina, depois, desses 7 créditos, três foram para a disciplina de Sociologia Rural, essa de Introdução ao Desenvolvimento Rural. E o estudo não estava preparado para dar conta disso. Um próximo estudo teria que dar conta das disciplinas como um todo.

5 – Os(as) organizadores(as): Professora Sonia Bergamasco e Professor Eros Mussoi, quais os aprendizados e os limites que a experiência do Fórum trouxe em relação à possibilidade dos(as) professores(as) de Extensão Rural influenciarem na construção de políticas de ATER?

Eros: Eu acho que a troca de experiências que aconteceu nos dois seminários. Mas, em vez de ganhos, eu vou dizer que o grande objetivo, que era discutir os currículos, as ementas, os programas de ensino, eu acho que nós “ficamos devendo”. Eu parto mais disso do que dos ganhos. Essa aproximação, essa colagem da disciplina de Extensão Rural com a Pnater, com uma nova política de Extensão Rural, tanto tecnológica como metodológica, tecnológica porque ela está associada com uma transição para a agroecologia, e uma política includente, envolvendo mulheres, quilombolas, indígenas, uma coisa que nunca se tinha pensado nesse país, essa colagem foi o grande ganho. E o Fórum ratificou isso. Embora se vocês analisarem as postagens no nosso Fórum, vocês vão ver que têm pessoas absolutamente fora desse propósito. O que tem que se respeitar. Mas eu acho que poderíamos ir além em termos de debate.

Já entrando na questão dos aprendizados, uma coisa que já questionamos em grupo, mas não está registrado em lugar nenhum, é que nós não tínhamos recursos. Nós tínhamos que mendigar ao MDA os recursos para fazer o encontro de professores(as) de Extensão Rural. O Ministério da Educação tinha que ser envolvido. Tinha que ajudar a financiar um Fórum desse tipo, um Fórum sério, que não se reúne para dizer bobagem, se reúne para trabalhar, para ouvir pessoas de fora. Então, eu acho que isso foi uma coisa que nós poderíamos ter tido a oportunidade de fazer, porque tivemos Ministros da Educação – o Fernando Haddad, o Cristovam Buarque, o Tarso Genro etc, pessoas que seriam sensíveis a isso, mas eu acho que não tivemos coragem de dar esse passo, de colocar o Ministério da Educação contra a parede para ajudar a ter recursos para manter esse Fórum. Porque foi muito difícil. Eu vou dar um exemplo, revisando as coisas para trabalhar aqui, eu vi uma súplica, minha, mas que, depois, o Cássio cita o nome da Sonia fazendo a mesma súplica, para nós termos direito, como observadores, de participar da Conferência Nacional de ATER. E foram liberadas quatro vagas. A Sonia foi pelo Sudeste, eu pelo Sul e mais dois professores. Olha só... naquele tempo já não era mais o Valter Bianchini, era o Onaur Ruano, mas foi uma coisa frustrante... a Conferência foi ruim...

Sonia: Foi em cima do golpe, o Patrus Ananias veio se despedir da gente, foi uma coisa triste.

Eros: Mas eu queria registrar isso, acho que nós tivemos muitos ganhos. Primeiro, uma coisa burocrática, a identificação dos(as) professores(as) de Extensão Rural. Hoje, nós temos uma listagem, por universidade, nome, e-mail, e depois, fazer essa organização, ter esse Fórum. Muitos não participam, mas temos o Fórum e ali são colocadas coisas de debate muito importantes.

Sonia: Eu quero colocar duas coisas como ganho: a primeira é que nós ainda não tínhamos conseguido, lá atrás, sem internet, o registro dos(as) professores(as) de Extensão Rural no Brasil. E agora temos praticamente todos no grupo do Fórum, com todos os dados desses(as) professores(as). A segunda é que o levantamento do estado da arte foi fundamental no Encontro de Itamaracá e nós ficamos de fazer um outro. Esse novo estudo precisa ser feito e não envolve fazer uma reunião do Fórum e tal, alguém precisa “pegar esse touro na unha» e fazer esse levantamento. Inclusive, para fazer comparações, porque eu acho que avançou muito. É o meu sonho, se eu conseguisse o relatório da ABEAS, depois o relatório do Estado da Arte de Pernambuco, e fazer um novo, vamos ver o tanto que o ensino em Extensão evoluiu. Hoje, temos muito mais gente preocupada com a agricultura familiar, com a questão ambiental, com a participação, com metodologia, com um sistema de ensino-aprendizado horizontalizado, com a relação da Extensão com a pesquisa, ou seja, evoluiu muito e precisamos registrar essa evolução.

Também quero colocar mais uma coisa que eu me lembro. Depois do Encontro em Itamaracá, fizemos uma reunião no MDA, e lá, nos deparamos com um problema sério em relação às chamadas públicas (de ATER). Depois que é feito o projeto e a chamada, é necessário avaliar o que foi feito. Uma das coisas que propomos, na época, foi que os(as) professores(as) de Extensão Rural se envolvessem nessa avaliação das chamadas públicas. E essa proposta estava caminhando. Fizemos, inclusive, uma reunião durante o segundo seminário. E além de um serviço que poderia ser prestado pelos(as) professores(as) de Extensão Rural, pensamos, sonhando alto, que poderíamos estar elaborando, discutindo e propondo novas formas de políticas públicas para a Extensão Rural. E não só para a Extensão Rural, como para a agricultura familiar, para os assentamentos, de agroecologia, estarmos envolvidos ali, no PNAPO, no Pronaf, nessas políticas todas. Esse era um debate que nós tínhamos, mas não chegamos a concretizar. Mas que teria se tornado realidade se o processo não tivesse sido interrompido. Haveria uma influência muito forte dos(as) professores(as) de Extensão Rural, se não de todos, pelo menos de um grupo grande

de professores(as), presentes no Fórum, na Pnater, na política de Extensão Rural. Essa influência poderia vir a acontecer. Eu acho que ela não aconteceu pelo retrocesso muito forte que tivemos.

Eros: Complementando a Sonia, a respeito das chamadas públicas, eu sempre entendi, e a Sonia tem toda razão, é preciso colocar um olho nisso que chamam de chamada pública. A chamada pública é a antítese do que prega a Pnater, porque é um projeto de um ano, porque tem indicadores quantitativos – tem que fazer tantas reuniões, tanto disso e daquilo. A Pnater foi feita por um grupo de pessoas que tinham uma ideia e a chamada pública por um grupo de burocratas que deu uma conotação de quantificação e finitude – é um ano, começa aqui e termina aqui. É como a Sonia colocou, nós temos que pensar políticas públicas sob outra ótica. Quando eu cheguei em Brasília, só se falava na Lei 8666. É um negócio que limita e engessa o gasto público desde não sei que ano. Mas não é só mudar a Lei(?) e a chamada pública está nesse bojo também. Eu me lembro que, em 2015, fui convidado pelo Ruano para assumir o DATER. O Argileu Martins tinha saído, teve gente lá que estava temporário, e eu disse: eu assumo sob três condições: me dá autonomia para tratar o tema chamada pública; que volte para a política de ATER aquilo que não aparece na Lei de ATER de 2010, que é a agroecologia, e que o Jurandir Gurgel, que já estava no MDA, pudesse trabalhar comigo. Mas o Ruano foi discutir a proposta com o Patrus Ananias, que disse não poder atender as minhas reivindicações sobre chamada pública e agroecologia. E então eu disse: fiquem com o cargo de vocês. Para mostrar como as pessoas estão presas na questão burocrática, naquele jeito de fazer política pública, que é absolutamente contraditória com a Pnater.

Sonia: A ideia era que um grupo de professores(as) de Extensão Rural discutissem a melhor forma de implementar a política, melhorar a questão da chamada pública que é muito ruim. O processo avaliatório é todo baseado em métricas e metas e contrário ao processo educativo, que deve ser contínuo.

6 – Os(as) organizadores(as): Professora Sonia Bergamasco e Professor Eros Mussoi, como a Pnater/MDA-SAF-DATER influenciaria a incorporação/ adoção de seus princípios junto às Universidades Públicas, Comunitárias, Particulares e Institutos Federais nas Ementas e Planos de Ensino das disciplinas de Extensão Rural e disciplinas correlatas?

Eros: A Pnater pode influenciar nas disciplinas de Extensão Rural e correlatas, pode ser desenvolvido um trabalho com o Fórum de Professoras e Professores nesse sentido, mesmo que, atualmente, não se tenha mais a estrutura da SAF, do MDA e do DATER. Era dessa forma que se pensava, como podemos entrar nas universidades e fazer uma formação conjunta de professores(as). Então, nesse momento, isso ficou um vazio, mas podemos colocar para o Fórum como a Pnater, enquanto política pública, pode influenciar nessa mudança institucionalizada e intercambiar experiências.

Uma experiência que eu gosto de citar é a que temos em Santa Catarina, e em outras universidades, que é a importância do Estágio de Vivência e a relação com o ensino de Extensão na última fase do curso de Agronomia. A disciplina de Extensão Rural, que lecionei até 2016, começava e terminava no Estágio de Vivência, ou seja, a partir da experiência, dentro de uma lógica freiriana, que trazia o estudante para estudar Extensão Rural a partir daquela comunidade, daquela propriedade, mas para isso, é preciso ter uma inter-relação forte da disciplina de Extensão Rural com a Sociologia Rural, Economia Rural, com Planejamento Agrícola, com

Introdução à Agronomia (na primeira fase do curso), e outras, por isso enfatizo a importância das disciplinas correlatas.

Na retomada do grupo de *WhatsApp* do Fórum de Professores de Extensão, sugeri a inserção de outros(as) professores(as), não só os de Extensão Rural, mas também os de disciplinas correlatas. É preciso intercambiar com outros(as) professores(as), não adianta buscar somente um ensino alternativo na Extensão Rural e a disciplina que está sendo ofertada na mesma fase ter outra abordagem, ou ser ministrada por um professor que não tem contato com o agrário, possui outra formação. Não que a Pnater seja única e intocável, mas isso implica em ver como a Pnater faz referência aos princípios de uma nova Extensão Rural, com novas diretrizes, como é que nós professores(as) podemos alterar o “que fazer” dentro da universidade.

Não tenho dúvidas de que o MEC, no seu sentido macro, assim como as entidades de ATER, as ONGs e as organizações de agricultores precisam ir para dentro da universidade. Têm que realizar palestra na disciplina de Extensão Rural, dizer o que eles pensam. Aqui em Santa Catarina, tive uma experiência positiva: sempre levava o pessoal das ONGs para relatarem o tipo de Extensão que realizam, convidava o pessoal da Cepagro (Centro de Estudos de Agricultura de Grupo) e que coordenava uma série de ONGs, da Fetaesc (Federação dos Trabalhadores Rurais de Santa Catarina) e da Extensão Pesqueira (Sindicato de Pescadores) para dizer o que eles pensam da Extensão. As palestras eram riquíssimas. Então, é assim que a Pnater ou uma nova política de Extensão Rural, de uma nova Extensão Rural, que deve entrar para dentro da universidade, não é difícil, tem que ter disposição política, porque isso é um ato político... além, é claro, da própria Extensão Universitária vir a ser realizada de uma forma mais sistêmica e integrada interteretorialmente... o Agrário, o Econômico, a Saúde, a Gestão Pública, o Serviço Social etc, tudo em projetos integrados e, prioritariamente, em áreas de depressão social... integrado também com órgãos de execução e apoio de políticas públicas, sejam municipais, estaduais e federal... a Extensão Universitária seria muito mais rica e contribuindo muito mais, em termos de Ensino, Pesquisa e Extensão propriamente ditas.

Sonia: Considerando tudo o que já foi mencionado aqui, sobre tudo o que aconteceu nos anos ativos da Pnater, foram realizados projetos, via CNPq, cursos de formação e uma série de coisas que é perfeitamente possível de fazer, mas, para isso, teríamos que ter uma política consistente e real, não o que temos no cenário atual. Então, se pensarmos no futuro, onde venhamos a ter uma política de Extensão Rural efetiva, com certeza isso pode mudar e penso que é o Fórum que pode fazer essa junção, começar a trazer a Pnater para as universidades, fato que já aconteceu anos atrás e sabemos que não é impossível, muito pelo contrário, é extremamente possível.

Isso seria muito interessante em qualquer política pública. Estou lembrando, por exemplo, do caso do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com a Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Logo que se estabeleceu, o pessoal do INCRA entrou em contato com as universidades, mobilizando os (as) pesquisadores(as) que estavam atuando nos assentamentos. Foi um período bastante efervescente de professores(as) universitários(as) trabalhando com as políticas de reforma agrária. Acho que qualquer política pode ser trabalhada, desde de que haja a política e vontade do poder público. Estamos falando de qualquer universidade, pública ou privada, dos institutos. Temos o exemplo, em São Paulo, da Universidade de Araraquara (Uniar), uma universidade privada, que sempre trabalhou junto com o PNRA.

7 – Os(as) organizadores(as): Professora Sonia Bergamasco e Professor Eros Mussoi, como se visualiza, na atualidade, o papel do Fórum? Qual deve ser o direcionamento para a atuação dos(as) professores(as) de Extensão Rural frente às políticas para a Extensão Rural?

Eros: O Fórum precisa ser melhor institucionalizado, no sentido de captar recursos, mas os(as) professores(as) não devem pagar por isso, nós estamos fazendo o ensino dentro da Extensão, nós professores aposentados estamos colaborando com informações, mas teria que ter uma forma, como foi quando o MDA deu suporte para os dois encontros nacionais, porque apostou nessa relação.

O problema dessa pergunta é a palavra atualidade, porque atualmente eu não vejo nenhuma possibilidade, tomara que isso mude com uma nova perspectiva governamental, que se retome o MDA, mas que se retome com uma articulação com o MEC, com uma outra visão política, porque este é um momento gravíssimo em termos políticos, e desestimulante para discutir. Mas entrando em uma outra possibilidade, melhor, vejo que o Fórum está organizado, tem o seu quadro de professores(as) organizado, mas tinha que haver algum tipo de institucionalização e uma colagem na política que viesse de um novo governo ou de novos governos.

Vejo que temos muitos(as) professores(as) da área de desenvolvimento rural, não é só de Extensão Rural, mas quando nós formos nacionalmente, regionalmente, mais resultados vamos ter. A institucionalização a que me refiro é um Fórum com força e poder de decisão. Por exemplo, o Fórum deveria participar do Condraf (Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável), se existisse ainda, porque são pessoas que pensam e que fazem projetos de Extensão. Então um representante do Fórum pode contribuir, ter uma ação executiva, não simplesmente como uma associação. Talvez eu esteja um pouco à frente, mas temos que avançar.

Essa última pergunta é provocativa, quais políticas de Extensão Rural nós temos hoje? Quando tudo congrega na Anater (Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural), que foi criada no gabinete da Senadora Kátia Abreu e incluiu os médios produtores rurais, sendo que não são atendidos nem os pequenos na sua totalidade, que tem um conselho administrativo altamente antidemocrático, onde os agricultores familiares são a minoria da minoria, com representação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), ou seja, dos(as) grandes agricultores(as), esse contexto é que está gerando estas políticas.

Nós temos que retomar um Ministério, voltado à reforma agrária, à agricultura familiar, indígenas, quilombolas e mulheres camponesas, porque essa política foi o que de melhor apareceu no Brasil. Temos que retomar de uma outra forma, porque ninguém faz o que nós fizemos no MDA. Não tinha recurso e queríamos implementar uma política, então, ou nós temos recursos para implementar uma política e negociar sua adoção nos estados, com as ONGs no serviço público, ou então será esforço jogado fora. O Fórum pode ajudar a dinamizar essas relações, porque política pública com a Anater é mais angústia do que proposta.

Sonia: No caso da ABEAS, as universidades pagavam uma anuidade. No Fórum de Professores(as), isso é muito difícil, porque você teria que pensar em uma coisa que já está saturada, que são os(as) próprios(as) professores(as) pagarem uma anuidade. Sinceramente, eu acho que não tem necessidade de institucionalizar o Fórum, eu penso que isso pode engessar. Por exemplo, nós temos um grupo do *WhatsApp*, nós podemos fazer uma campanha para ter um

site, mas pagar uma anuidade, isso eu acho que não, porque os(as) professores(as) estão com os salários defasados.

O Fórum pode buscar recurso em um Ministério, junto a algum órgão. Eu penso que o Fórum precisa avançar e o que eu gostaria de deixar bem marcado, como alguém que viveu toda essa história, é que são importantes essas ações que estão sendo realizadas no momento, com a elaboração de um dossiê em uma revista, as reuniões, as *lives*, acho que é por aí mesmo, nós devemos ocupar espaços dentro da SOBER, dentro da Rede de Estudos Rurais e outros espaços, para dar visibilidade. Vejo que o Fórum Nacional de Professores de Extensão Rural precisa ter visibilidade e isso só se consegue se estivermos presentes nos diversos lugares, vamos nos mobilizar, independente de estar institucionalizado ou não, de ter um CNPJ ou não, mas tem um grupo de professores que está preocupado com a Extensão Rural e que está envolvido com esse tema.

Por exemplo, está sendo debatido alguma questão na Câmara dos Deputados, o Fórum deve estar lá, da mesma forma que vai a FASER, que vai a Contag, o Fórum deveria ir também, é isso que precisa ter visibilidade e ser divulgado. O Fórum precisa ser combativo ao tipo de Extensão Rural que, por exemplo, está sendo executada pela Anater. Passaram alguns projetos de lei na assembleia do legislativo e o Fórum tem de se fazer presente, porque somos uma força, somos os professores de Extensão Rural, nós formamos os extensionistas desse país. O Fórum também deve estar presente na questão dos agrotóxicos, na questão dos indígenas, na segurança alimentar, um posicionamento dos professores para marcar presença.

Considerações finais dos(as) organizadores(as)

Desde o seu início, na década de 1940, o ensino e a prática da Extensão Rural no Brasil foram marcados por idas e vindas, que refletiram o modelo de desenvolvimento desejado para o campo e o papel da agricultura familiar nesse modelo. A recuperação das concepções e eventos que nortearam o ensino de Extensão Rural nos cursos de Agrárias e afins nas últimas décadas, ricamente ilustrados pela professora Sonia pelo professor Eros nesta entrevista, estimula a discussão sobre que visão de agricultura, de rural e de ruralidade queremos compartilhar com os(as) futuros(as) profissionais que estão sendo formados em nossas universidades e faculdades.

Sobretudo, a sequência de articulações e discussões aqui relatadas evidencia, mais uma vez, a importância da construção participativa de políticas públicas, com fóruns de discussão que abriguem representantes dos diferentes segmentos envolvidos na implementação de seus programas e ações e também daqueles para os quais as políticas são formuladas ou que são por elas atingidos.

Neste momento, os projetos político-pedagógicos de todos os cursos estão sendo reformulados para acomodar a exigência de um percentual mínimo de horas de Extensão Universitária. Nas Agrárias, a Extensão Universitária pode ser realizada dentro das aulas práticas do ensino de Extensão Rural; o que torna urgente a rediscussão dos conteúdos dessa disciplina diante das mudanças recentes nas atividades agropecuárias, nas políticas públicas e nos serviços de Extensão. Organizemos o terceiro seminário!